

Participe!

PORQUE É PRECISO PÔR FIM À EXPLORAÇÃO E AO EMPOBRECIMENTO

Os trabalhadores do sector privado, nos últimos 3 anos, foram roubados em mais de 7.222 milhões de euros e em muitos dos seus direitos;

Os trabalhadores da administração pública, no mesmo período, foram roubados pelo governo PSD/CDS-PP em mais de 9.833 milhões de euros e agora com a chamada “requalificação”, com um corte de 60% no seu salário;

Os pensionistas e reformados viram reduzidos brutalmente o seu poder de compra com a CES (Contribuição Extraordinária de Solidariedade) e o aumento da carga fiscal;

Os desempregados são fortemente penalizados porque não conseguem emprego, sendo que a maioria já não tem protecção social e os que se encontram no programa “emprego-inserção” são obrigados a trabalhar de borla;

Os jovens são fustigados pelo desemprego, pela precariedade e insegurança generalizadas, com os salários a baixar e a emigração a surgir, não por opção, mas por imposição.



VAMOS Marchar Porto

**Praça da Batalha
22 Novembro 2014**

O país está mais pobre e desigual

com menos escolas e o sistema de ensino degradado, cerceamento do usufruto dos cuidados de saúde, cortes e reduções nas prestações sociais, o desmantelamento de tribunais e a negação do acesso à justiça, a privatização e encarecimento de serviços públicos essenciais, dos transportes e das comunicações, da energia aos combustíveis, à água e à recolha de tratamento de resíduos sólidos.

O ORÇAMENTO DE ESTADO

PARA 2015 CRIA

AINDA MAIS IMPOSTOS

Apesar do discurso da “retoma” e do fim da Troika, o governo PSD/CDS-PP intensifica a política de direita e agrava as condições de vida dos trabalhadores e do povo.

A denominada fiscalidade verde mais não é do que um novo imposto indirecto que vai encarecer combustíveis, transportes, energia, gás doméstico, tratamento de resíduos, com impacto nos preços da generalidade dos produtos, bens e serviços de primeira necessidade.

Mas querem mais...

Com o pretexto de cumprirmos o Tratado Orçamental, aprovado por PSD, CDS-PP e PS, querem impor novos cortes na saúde, na justiça, às autarquias, no investimento público, na protecção social e manter congelados os salários dos trabalhadores da administração pública, a generalidade das pensões e reformas, forçar novos despedimentos nos sectores públicos, bem como no sector empresarial do Estado. Penalizam a prestação de serviços públicos locais de e com qualidade.

Porto

MARCHAMOS pela melhoria dos salários e pelo emprego com direitos

- Aumento geral dos salários, incluindo do salário mínimo nacional, a partir de 1 de Janeiro de 2015, para 540 euros;
- Emprego com direitos contra a precariedade e o desemprego: pela passagem a efectivos dos trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes;
- Reposição das 35 horas na administração pública e redução progressiva do horário no sector privado sem diminuição dos salários;
- Reposição dos salários cortados, dos 4 feriados, dos dias de férias, do valor do trabalho extraordinário e de todos os outros direitos roubados;
- Defesa do direito de negociação e de contratação colectiva;
- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho.

Porto

MARCHAMOS por melhor Saúde, Segurança Social e Educação:

- O reforço das funções sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social), garantindo a assumpção das vertentes pública, universal e solidária dos sistemas associados à melhoria da sua qualidade;
- A reposição dos cortes e a actualização de todas as pensões e reformas e a melhoria das prestações sociais, bem como do indexante dos apoios sociais (IAS): a eliminação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES); a reposição do pagamento dos complementos de pensões nas empresas do SEE e a reposição das verbas roubadas;
- A atribuição do subsídio social de desemprego a todos os desempregados que não têm protecção social;
- A alteração da legislação da condição de recursos, nomeadamente no que respeita ao conceito de agregado familiar e ao método de capitação, no sentido de facilitar o acesso às prestações não contributivas e outros apoios sociais;
- Direito de reforma antecipada para carreiras contributivas com 40 ou mais anos, sem penalização;



Participe!

Marcha NACIONAL

Porto

MARCHAMOS pela redução da carga fiscal para os trabalhadores e reformados:

- A revogação da sobretaxa de IRS de 3,5%;
- Englobamento obrigatório de todos os rendimentos auferidos pelos sujeitos passivos, independentemente da sua fonte, para efeitos de IRS;
- O aumento de 5 para 9 escalões e a redução das taxas de IRS;
- O alargamento da base fiscal em sede de IRC e a progressividade na sua taxa: a criação de uma taxa de 0,25% sobre as transacções financeiras;
- Fim dos benefícios fiscais para os grandes grupos económicos.

Porto

MARCHAMOS pelo investimento e desenvolvimento:

- O relançamento da actividade económica de forma a assegurar o crescimento e a estimular a produção nacional e a criação de postos de trabalho;
- A renegociação da dívida (montantes, prazos e juros);
- A revogação do Tratado Orçamental, pelos condicionantes económicos, sociais e de soberania que coloca ao país;
- O relançamento do investimento público como motor da dinamização da economia;
- O fim das privatizações e o retorno ao SEE das empresas que, nos vários sectores de actividade, são determinantes para o desenvolvimento do país.



Marcha NACIONAL

22 Novembro 2014

Pela ruptura da política de direita!

Por uma política de esquerda e soberana!

